

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 17 de agosto de 2001

Ano 3 Nº 67

Sessão Especial em Criciúma mobiliza população

O auditório São José, no centro de Criciúma, no Sul do Estado, foi pequeno para as mais de 400 pessoas que participaram da Sessão Especial da Assembléia, nesta segunda-feira (14), presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL) para esclarecimentos e apoio ao movimento de duplicação do trecho sul da BR-101.

Presentes os deputados Joares Ponticelli (PPB), Valmir Comin (PPB), Altair Guidi (PPB), Ronaldo Benedet (PMDB), Clésio Salvaro (PFL), Júlio Garcia (PFL), José Paulo Serafim (PT), Manoel Mota (PMDB) e os representantes da Frente Parlamentar, em Brasília, senador Geraldo Althoff (PFL) e o deputado federal Serafim Venzon (PDT), que preside a Frente, o vice-governador Paulo Bauer (PFL) e o secretário dos Transportes Leodegar Tiscoski (PPB). Participaram também prefeitos da região carbonífera, lideranças empresariais, comunitárias e parentes das vítimas que morreram na rodovia.

Estatísticas mostram que a cada 29 horas uma pessoa morre nesse trecho da 101. A obra ainda não saiu do papel por divergências entre vários órgãos federais,



(foto: Lenas Lemos Campos)

Ato público na praça central de Criciúma para manifestar luto e indignação com a demora da duplicação

como Ibama e Funai, no tocante à definição do traçado do lote 2, no Morro dos Cavalos, em Palhoça, onde a BR atravessa a terra dos índios guarani.

O próximo dia 30 de setembro é o último prazo para que o BID libere os recursos para a duplicação.

Túnel ou viadutos - Durante o transcorrer da semana o Ministério da Justiça emitiu parecer favorável à construção do túnel. No entanto, até o momento, o Ministério dos Transportes não se manifestou oficialmente a respeito, mas admite que a tendência de que o túnel seja a solução mais viável do que o traçado alternativo com a construção de viadutos. Está pendente parecer da Funai sobre o túnel e posterior liberação de licença do Ibama.

Comitiva em Brasília - Enquanto o traçado permanece indefinido, a luta pela duplicação levou uma comitiva formada por prefeitos, vereadores, representantes de associações industriais e comerciais, vereadores, deputados estaduais e a bancada catarinense no Congresso Nacional a Brasília nesta terça-feira (14), quando estiveram reunidos com autoridades da Funai, Ibama, DNER e Procuradoria da República.

A comitiva contou com 88 pessoas que pretendem continuar mobilizadas para garantir a segurança na principal rodovia de acesso aos países do Mercosul.

Interiorização da Assembléia

Algumas sessões ordinárias e especiais da Assembléia, como já aconteceu em outras ocasiões, vão ser interiorizadas para que a população possa participar do processo legislativo e acompanhar o trabalho dos parlamentares. A notícia foi dada nesta terça-feira (14) pelo presidente Agostini, que anunciou Criciúma como a primeira cidade a sediar a interiorização no próximo dia 3, dando força ao movimento das lideranças políticas, empresariais e comunitárias do sul do Estado que pedem a duplicação da BR-101/Sul.

Ao destacar que a iniciativa tem uma forte relação com o projeto "Retratos de

SC", um sucesso pelo grande número de prefeituras participantes, Onofre frisou que os municípios menores terão sua vez nesta oportunidade. "No dia 6 de setembro faremos uma Sessão Especial em Canoinhas em homenagem ao aniversário da cidade e à Associação dos Doadores de Sangue, pois o município foi considerado a Capital Estadual da Doação de Sangue. Tangará, no Meio-Oeste, recebe os deputados no dia 18 de outubro e a última sessão, especial em decorrência da feira agroindustrial, vai ocorrer dia 14 de novembro em São Miguel d'Oeste", comunicou o presidente.

OPINIÃO

Segurança: um direito do cidadão



A questão da segurança pública é uma das principais preocupações da sociedade, uma vez que a violência tem se transformado num grande tormento para a população. No passado, o Estado não oferecia ao cidadão esta garantia, o que, muitas vezes, levava as pessoas a utilizar armas para se protegerem. Hoje, o Estado tem a obrigação de oferecer a todos os cidadãos, segurança e proteção. Mas isto não vem sendo feito de forma eficiente, pois as pessoas estão cada vez mais inseguras e preocupadas com o dia de amanhã.

Observando sensíveis ocorrências e ouvindo reclamações, decidimos formar uma Comissão

Parlamentar Especial sobre Segurança Pública (CPE), a fim de apurar as causas do aumento da criminalidade no município de Criciúma e região. Nosso primeiro ato foi ir à Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) buscar ajuda para a realização de uma pesquisa de casos concretos de práticas de crime. Precisamos saber as causas da criminalidade, traçar um perfil do criminoso, para que possamos obter um diagnóstico a fim de combatê-la. Visitando o Presídio Santa Augusta, constatamos problemas graves como, por exemplo, falta de higiene, de saúde, de trabalho, superlotação, além do desvio da finalidade do presídio, quem tem capacidade para receber apenas 1/3 de presos que hoje abriga. O presídio não está preparado para reabilitar os detentos que lá estão. Lembrando que nossa lei de execução penal prevê que o preso deve ser um reeducando, a prisão

tem que reeducá-lo ao convívio social. Porém, o que se vê, é uma verdadeira escola do crime, pois quem estuda e focaliza o seu aprendizado para um tema, especializa-se nele, assim como quem estuda bastante medicina, direito ou engenharia, torna-se, respectivamente, médico, advogado e engenheiro. Assim, quem convive diuturnamente com conversas sobre crime, e troca experiências sobre o crime, vai se aprofundar em conhecimento e se especializar em crime.

Assim, conhecendo o presídio, ouvindo a polícia e a justiça local, nos convencemos que 50% da criminalidade no município de Criciúma tem origem na forma com que os presos tem suas penas executadas dentro da prisão. Segundo dados da justiça, 80% dos presos são reincidentes, ou seja, quando saem da prisão, voltam a praticar crimes, muitas vezes mais violentos. Dessa forma, é preciso a solidariedade da sociedade e ação do Estado para melhorar as condições físicas do presídio, além da assistência à saúde do preso e de sua família. É preciso que se dê trabalho, e muito trabalho aos detentos. É preciso que se leve educação para dentro da cadeia pública. É preciso que se dê formação ética e moral, que se leve notícias boas e para a vida do detento. Se o Estado realmente não quer o aumento da criminalidade, é preciso que o preso tenha todo um acompanhamento psicológico e de assistência social após o cumprimento de sua pena, além do controle, por determinado tempo, de sua vida pós-prisão. Estes são alguns dos conhecimentos que tiramos da primeira etapa de trabalho da Comissão Especial sobre Segurança Pública (CPE).

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB)

SC e o corredor da integração



Santa Catarina marcou importante tento no *Primeiro Fórum do Corredor Bioceânico Central*, realizado recentemente em Valparaíso, Chile. No encontro, que discutiu a viabilização de um antigo sonho latino-americano – a ligação entre os litorais do Oceano Pacífico e Oceano Atlântico, consubstanciado no Corredor Bioceânico – a delegação catarinense chamou a atenção pela atuante participação, encaminhando sugestões, trocando idéias e experiências e deixando bem claro que tanto a obra sonhada assim como outras iniciativas, estão imprescindivelmente fundadas na real integração dos países sul-americanos. Sem isso, qualquer tratativa acaba inócua.

A própria "Declaração de Valparaíso", documento final do encontro, caracteriza essa atuante participação da comitiva catarinense, formada por parlamentares, empresários, assessores técnicos, jornalistas e o Governo do Estado, na pessoa do próprio governador Esperidião Amin e secretários de Estado. Em certo trecho, a Declaração destaca a participação dos catarinenses, registrando "a férrea vontade" desta Região do Brasil de estreitar os laços de integração e de intercâmbio no contexto do Mercosul, "ferramenta fundamental na integração entre os países do Bloco".

Na condição de presidente da Comissão para Assuntos do Mercosul e de 1º Secretário do Bloco Parlamentar Brasileiro junto ao Mercosul, e

também partindo de outros companheiros, tivemos o privilégio de encaminhar sugestões e de encontrar pronta receptividade. A questão do Fórum em si – o Corredor Bioceânico – prevê a ligação entre dois portos, um em cada oceano. Assim, no Pacífico o ponto de partida poderia ser o porto de Antofagasta (Chile) e no Atlântico, o porto de São Francisco do Sul (SC). Os limites ainda não foram definidos, mas o Corredor certamente existirá. Como resultado do encontro de Valparaíso ficou definida a criação de um grupo de estudos de alto nível para conduzir o processo do qual consta, inclusive, representação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e outras instituições de financiamento.

No entender unânime dos participantes, o Corredor Bioceânico se constitui numa nova unidade de planificação para o desenvolvimento regional da América Latina. Está inserida numa área geográfica com fronteiras dinâmicas, recursos naturais, infra-estruturas e serviços. O Corredor vai propiciar o surgimento de uma Política de Integração entre os países que que o integram para uma melhor gestão que atenda ao manejo sustentável do mesmo.

A criação desse Corredor seria, de certa forma, uma nova e forte alternativa para manter a segurança econômica dos países do Cone Sul, que não sofreriam tanto com os graves problemas que eventualmente surgem, a exemplo da crise na Argentina.

Deputado Ivan Ranzolin (PPB)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins
 Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Rubens Vargas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira e Alberto Neves
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL

Retratos de SC mostra cultura de Joinville

Joinville, conhecida nacionalmente por eventos como o Festival de Dança e a Festa das Flores, foi a atração da noite dessa terça-feira (14) da nona edição do *Projeto Retratos de Santa Catarina*, idealizado pelo presidente da Assembléia Onofre Agostini (PFL).

Onofre fez questão de lembrar que “ninguém gosta daquilo que não conhece”, assim o projeto objetiva fazer com que a população conheça a cultura, as tradições e as potencialidades dos municípios do Estado.

O prefeito Luiz Henrique (PMDB) elogiou a iniciativa “como uma forma de integrar o Poder Legislativo e a sociedade. Joinville quer apresentar um pouco de seu desenvolvimento, do seu pólo cultural e tecnológico e das pessoas que dia-a-dia criam coisas novas, pois uma cidade sem cultura é um mero depósito de gente sem destino”.

A Phantom Band apresentou composições de Astor Piazzola, Hermeto Pascoal e Villa-Lobos; a Camerata A6, músicas de Mozart, Ernani Aguiar e Guerra Peixe; houve ainda apresentação do barítono Douglas Hanhn, do Madrigal Villa-Lobos, dos bailarinos da Companhia de Danças Patrícia Dalchau e do Ballet Jovem da Casa da Cultura.



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Apresentação de grupo de dança

Até o final da semana estarão expostas na Galeria de Artes Meyer Filho várias obras de consagrados artistas plásticos da cidade, como Juarez Machado, Fritz Alt, Mário Avancini e Luiz Schuank.

Joinville sedia a primeira escola do Ballet Bolshoi fora da Rússia. Colonizada em 1851 por suíços, alemães, austríacos e noruegueses, que fundaram a Colônia Dona Francisca conta hoje com aproxi-

madamente 450 mil habitantes e é o principal colégio eleitoral do Estado. Possui um parque com mais de 1.800 indústrias, destacando-se nos setores têxtil e metal-mecânico.

Marcaram presença os deputados Adelor Vieira (PMDB), João Rosa (PTB), Jaime Duarte (PPS), Nilson Gonçalves (PSDB) e Francisco de Assis Nunes (PT), todos da região de Joinville.

Homenagem ao Colégio Santa Rosa de Lima

Por iniciativa do deputado Ivan Ranzolin (PPB) a Assembléia realizou nessa segunda-feira (13) sessão solene para homenagear o centenário do Colégio Santa Rosa de Lima, tradicional instituição de ensino da Congregação das Irmãs da Divina Providência, que atende, principalmente, o município de Lages.

O Colégio Santa Rosa de Lima foi fundado em 21 de agosto de 1901 pelas irmãs Geórgia, Geralda e Benvenuta para atender inicialmente apenas 34 alunas em uma casa alugada. A instituição conta hoje com mais de mil alunos e oferece além do ensino fundamental, curso pré-vestibular, diver-

sas modalidades esportivas, teatro, viagens culturais, coral e banda marcial, entre outras.

O deputado Ranzolin lembrou a história



(foto Solon Soares)

Deputado Ranzolin e irmã Josely

da instituição quando Lages era somente uma vila, mas com grandes aspirações, planejando o futuro com as irmãs da Divina Providência.

A diretora da escola, irmã Josely Garcia Neves, também recordou a história da Congregação em Lages, que além de se transformar em um marco na formação científica e humana de diversas gerações baseada no equilíbrio entre a tradição e a modernidade, nunca perdeu a identidade cristã do educandário. O deputado Sandro Tarzan (PTB) fez questão de enfatizar que o Colégio é uma referência de ensino na região serrana.

O presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), se mostrou gratificado “em reverenciar o passado da instituição, que dignificou a arte de ensinar, pautada nos valores morais e éticos, com respeito à vida e ao exercício da plena cidadania”.

COMISSÕES

Boppré apresenta relatório das audiências do OR

O presidente da Comissão de Finanças, deputado Afrânio Boppré (PT), entregou nessa quinta-feira (16) à presidência da Assembleia o relatório final das audiências do Orçamento Estadual Regionalizado. O documento reúne 663 proposições, isto é, as propostas apresentadas pelos municípios para que sejam incluídas no orçamento estadual do próximo ano.

O próximo passo é a entrega do relatório ao governador Esperidião Amin e a expectativa de que as reivindicações sejam atendidas. O parlamentar revela que as reivindicações que ficarem de fora do orçamento serão apresentadas em forma de emenda parlamentares.

O cronograma das nove audiências do orçamento regionalizado terminou no dia 10 de agosto com a realização de um encontro em Biguaçu para discutir as propostas da Grande Florianópolis. Um dos principais destaques das audiências foi o aumento do número de municípios participantes, de 209 no ano

passado para 221 neste ano. Outro ponto que merece destaque foi a realização de audiências municipais preparatórias para as audiências regionais.

A iniciativa garantiu maior representatividade às prioridades, já que foram definidas por diversos setores sociais.



OR encerrou roteiro de audiências em Biguaçu

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

CPE da Segurança

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB), presidente da Comissão Especial Externa – CEE, que está fazendo um levantamento da segurança pública em Criciúma, no Sul do Estado, estará novamente no município na próxima segunda-feira (20), dando continuidade as visitas iniciadas na semana passada, quando ele e outros deputados da região conheceram de perto a realidade do presídio Santa Augusta, com visitas também ao Fórum e Delegacia Regional.

O roteiro inclui, pela manhã, o contato com a promotora da Infância e da Adolescência, Vera Lúcia Coró Bedinotto, para discutir sobre o envolvimento de menores nos crimes ocorridos nos últimos meses. À tarde, a partir das 14h30min as visitas seguem pelas polícias civil e militar e Associação Comercial e Industrial, ouvindo representantes desses setores sobre a segurança local e regional.

Crise no setor elétrico é tema de encontro

(foto Jonas Lemos Campos)

O professor Luís Pinguelli Rosa, especialista em política energética pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi o debatedor da audiência pública da Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT). Também participaram deputados da Casa, a deputada federal Luci Choinacki (PT), sindicalistas, trabalhadores da Celesc e representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens.

O tema, *Energia é um bem público*, envolveu questões como racionamento, privatização, hidrelétricas e política governamental. Segundo Pinguelli, a crise não foi causada pela falta de chuva, conforme afirma o governo, e sim pela inexistência de investimentos no setor, principalmente a construção de usinas hidrelétricas. “O problema é antigo, com número insuficiente de usinas para atender a demanda nacional. Por outro lado, não faltam investimentos astronômicos nas empresas elétricas estrangeiras”, declarou. O debatedor disse que é preciso uma reação em massa contra a política energética e principalmente contra as privatizações para evitar colapso no setor.



Outro convidado do encontro foi José Drummond Saraiva, diretor da Federação Nacional dos Urbanitários, que também alertou sobre as consequências das privatizações. Segundo ele, de 1991 até hoje foram negociados R\$ 85 bilhões com a venda de ativos passivos. “As privatizações que ocorreram até agora foram um verdadeiro desastre, chegando ao ponto de, no caso das telecomunicações, uma ligação internacional ser mais barata que um interurbano. A maioria da população não telefona para outro país.”

Ao final foi aprovado um manifesto elaborado pelos organizadores do encontro que será distribuído à população, para que fique alerta e reaja contra o racionamento de energia elétrica no país.

COMISSÕES

Uso do amianto discutido em audiência pública na AL

Projeto de proibição do amianto no Estado em discussão

(foto Jonas Lemos Campos)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, presidida pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), promoveu nessa quarta-feira (15) audiência pública para a discussão dos "Mitos e Verdades Sobre o Uso do Amianto".

O deputado Rogério Mendonça (PMDB), autor do projeto pedindo a proibição do uso do amianto no Estado, esclarece que a matéria prevê um prazo de dois anos, a partir da sua publicação, para que a lei passe a ter efeito de modo a permitir a adaptação do setor que utiliza aquele material.

A posição contrária ao uso do amianto foi reafirmada por Edson Macari, representante da Vigilância Sanitária, que expôs dados sobre os riscos que corre a população de desenvolver alguma doença



Mendonça defende seu projeto

devido à exposição às fibras liberadas pelo mineral, que é usado como base de produtos das indústrias da construção, têxteis, de plásticos e outras. Macari defende a substituição por outros materiais como fibra de vidro, lã de rocha ou aramida. "Hoje esta questão é uma decisão de saúde pública

que trabalha com a hipótese de risco", defende.

Questão de dose - Argumentando com aqueles que querem o fim do uso do amianto, o doutor Ericson Bagatini, da Unicamp (SP), realizou explanação de estudo que reuniu pesquisadores de diversas universidades brasileiras. Foi analisado um universo de 10 mil mineiros da Bahia e de Goiás e ficou constatado que ninguém do grupo que teve contato com o amianto em quantidades até o nível permitido pela legislação brasileira (2 fibras por centímetro cúbico), de-

envolveu até o momento qualquer doença. Bagatini reconhece que o amianto é aceito como tóxico, mas afirma que a geração de alguma doença decorrerá da quantidade do produto à qual as pessoas forem expostas. "É uma questão de dose. No deserto a água é a salvação. Para um naufrago é a morte", exemplificou. Ele comentou ainda que, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), os riscos para a população que tem contato com materiais produzidos a partir do amianto são quase nulos.

Para Rui Inocêncio, representante da empresa Imbralit, única no Estado a utilizar o mineral, em 24 anos de atividades não foi constatado nenhum caso ou suspeita de contaminação de seus funcionários devido à exposição ao amianto. A Imbralit já estuda a substituição da matéria-prima por outros tipos de materiais. "Isso é possível tecnicamente, mas é inviável economicamente, pois o custo final do produto acresceria em 30%", lembrou Inocêncio.

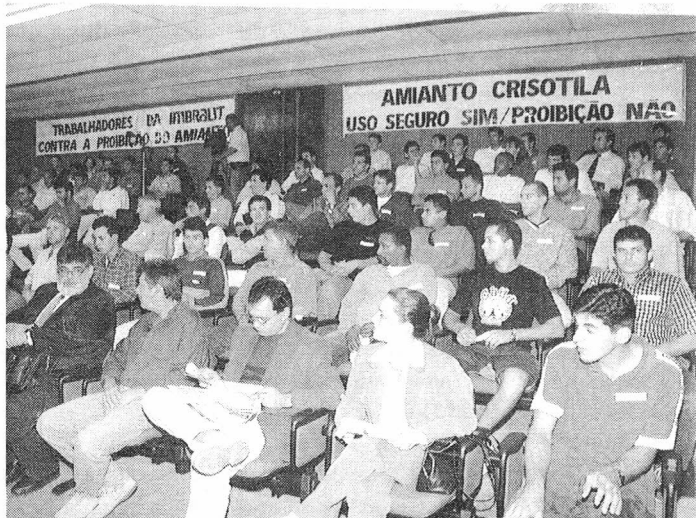
Deputados manifestaram suas posições

O deputado Júlio Garcia (PFL) disse que usará de sua prerrogativa de líder do partido para determinar à bancada manifestação contrária ao projeto. O deputado Valmir Comin (PPB) manifestou a mesma opinião e disse acreditar que exista um lobby de empresas multinacionais, especificamente as francesas, que estariam investindo para a proibição do amianto como forma de colocar no mercado um novo produto desenvolvidos por eles.

Já o deputado Clésio Salvaro (PFL) solicitou que o projeto seja retirado. "A matéria já foi alvo de exaustivas discussões e deliberações quando apresentado e rejeitado anterior-

mente, tanto que os deputados foram convidados a conhecer de perto o processo e os cuidados que a empresa que utiliza o amianto tem com os seus trabalhadores", comentou.

O líder do governo, Joares Ponticelli (PPB), apontou diversos pontos, que segundo ele, incorrem em inconstitucionalidade. O parlamentar petista José Paulo Serafim lembrou que no período crítico da exploração do carvão não existia este interesse. "Já está sendo possível trabalhar com amianto em segurança. Acho que toda esta manifestação contrária ao uso é para promover interesses internacionais".



Funcionários da Imbralit contrários à proposta

(foto Jonas Lemos Campos)

PLENÁRIO

Obras inacabadas geram polêmica

A Assembleia aprovou nesta semana indicação do deputado Herneus de Nadal (PMDB), endereçada ao Governador do Estado e ofício ao Presidente da Comissão de Fiscalização pedindo providências para reativar obras de responsabilidade do governo, paralisadas há mais de dois anos.

Nadal relacionou nove municípios que têm construções inacabadas faltando cobertura, paredes, sanitários e instalação elétrica. "O governo itinerante deve aproveitar sua visita aos municípios e anunciar a retomada dessas obras", alfineta o peemedebista, "assim estará contribuindo para o aprimoramento educacional e o desenvolvimento dos estudantes que precisam praticar esportes", cobrou.

Segundo Nadal, se não houver providências para dar solução de continuidade às obras, a Comissão de Fiscalização deverá adotar uma atitude mais drástica. Não descarta, inclusive, a criação de uma Comissão Parla-

mentar Externa para fiscalizar as obras inacabadas no Estado.

Resposta - O deputado Joares Ponticelli (PPB), líder do governo na Assembleia, prometeu nesta quinta-feira (16) requerer a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), dessa vez para apurar as obras inacabadas do governo anterior.

Segundo ele, Nadal "proporcionou a oportunidade de esclarecer à população a falta de zelo da administração anterior com as obras públicas, pois o governador Amin retomou obras em todo o Estado e pagou contas que o governo peemedebista deixou", enfatizou.

Para que a CPI possa ser instalada são necessárias assinaturas de 14 deputados. Recentemente foi aprovado o pedido de uma Comissão Parlamentar Externa (CPE) das Obras Inacabadas, requerida pelo deputado Nelson Goetten (PPB), mas que não foi instalada.

Alimentação saudável nas escolas

Os serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais públicas e privadas que atendam a educação básica, localizadas em SC, deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida indispensáveis à saúde dos alunos. Este é o objetivo do projeto de lei que tramita nas comissões técnicas, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB). A matéria dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas

unidades educacionais do Estado.

O projeto proíbe a venda dos seguintes alimentos nas cantinas escolares: bebidas alcoólicas; balas, pirulitos e gomas de mascar; refrigerantes e sucos artificiais, com exceção dos dietéticos; salgadinhos industrializados; salgados fritos e pipocas industrializadas e diz que o estabelecimento deverá colocar à disposição dos alunos dois tipos de frutas sazonais.

Segunda via gratuita para desempregados

Projeto de lei que dispõe sobre isenção de pagamento de taxa para a segunda via de documento para pessoas desempregadas foi apresentado pelo deputado Adelor Vieira (PMDB). De acordo com o projeto "todas as pessoas desempregadas há mais seis meses que tiverem qualquer documento pessoal roubado, furtado ou perdido, desde que expedidos por órgãos públicos do Estado, poderão

solicitar gratuitamente a segunda via, mediante a apresentação da comunicação da perda, roubo ou furto, junto à autoridade policial judiciária".

O benefício será concedido a um mesmo interessado somente uma vez ao ano. A comprovação da condição de desemprego se dará mediante a apresentação da Carteira de Trabalho, com a devida rescisão do último emprego.

Lei dos Despachantes

Aprovado substitutivo global ao Projeto de lei de autoria do deputado Heitor Sché (PFL) alterando a Lei 10.609, de 28 de novembro de 1997, e que regulamenta a atividade de despachante no Estado.

A matéria visa ampliar as atividades dos despachante, tais como: realizar a vistoria de veículos, expedição de documentos, entre outros, bem como garante ao preposto assumir o escritório no caso de morte ou invalidez do despachante, sem a necessidade de concurso público.

Preposto é o substituto do despachante, legalmente credenciado junto ao Detran. A indicação do preposto de cada escritório é feita pelo seu titular.

Seguro de vida para policiais

O deputado João Rosa (PTB) apresentou projeto de lei, que autoriza a participação do Poder Executivo no custeio de plano de seguro de vida, destinado a atender indenizações aos policiais civis e militares em caso de morte acidental; invalidez permanente total ou parcial por acidente; auxílio-cesta básica, pago junto com a indenização por morte acidental; auxílio-educação, pago junto com a indenização por morte acidental para beneficiários com filhos em idade escolar até dezoito anos.

O plano de seguro deverá oferecer cobertura para o período em que os policiais, comprovadamente, estejam exercendo suas atividades normais de trabalho, estando em restrito horário de trabalho.

Rosa justificou a proposição dizendo que policiais são mortos ou ficam inválidos no cumprimento do dever, deixando suas famílias desprotegidas. Nessas eventualidades cabe ao Estado promover condições mais adequadas para que os policiais possam desenvolver suas atribuições, sabendo que possuem proteção securitária no caso de sofrerem algum acidente, ou serem vitimados por ações criminosas.

Anita Garibaldi

A segurança da comunidade de Anita Garibaldi está preocupando o deputado Onofre Agostini (PFL). Em ofício ao Comandante da Polícia Militar e ao Secretário de Segurança o parlamentar solicita mais policiais e viaturas para fortalecer a autoridade local e evitar focos de conflitos, decorrentes do fluxo migratório de pessoas em busca de possíveis empregos, gerados pela construção da barragem para edificação de usina hidrelétrica no município. "É importante prevenir para que o progresso não gere o crescimento da violência, comprometendo a segurança da população", justifica.

Demarcação de terras

Medidas urgentes para a solução do impasse gerado quanto à demarcação das terras indígenas da Reserva Duque de Caxias foram solicitadas pelo deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado. "Há muito tempo se estende a tramitação de projeto junto a órgãos estaduais e federais, visando a demarcação das terras daquela reserva e isso tem causado sérios problemas localizados, inclusive de ordem social. Colonos que residem no local têm enfrentado problemas devido à invasão de suas propriedades pelos indígenas. A indefinição da situação tem gerado inquietude à população de José Boiteux e faz com que as autoridades locais apelem para que haja uma solução rápida da questão.

Convocação de inativos

Requerimento do deputado Heitor Sché (PFL) ao Governador do Estado solicita que o Chefe do Poder Executivo encaminhe à Assembléia projeto de lei restabelecendo a convocação de funcionários inativos das Polícias Civil e Militar para que, na condição de comissionados, exerçam trabalho na área da segurança estadual. Sché defende a regularização da situação, justificando que esses servidores sempre prestaram serviços à segurança pública e estão em condições de amenizar a grande carência de efetivos.

Voto eletrônico

Preocupada com a possibilidade de defeito técnico, ou de interferências de terceiros no sistema eletrônico de voto, a deputada Odete de Jesus (PFL), através de requerimento pede aos deputados estaduais empenho em fomentar a mais ampla discussão quanto a vulnerabilidade do sistema de voto eletrônico.

Recursos do Pronaf

Indicação de autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao Ministro da Agricultura e à bancada catarinense no Congresso Nacional solicita a adoção de providências no sentido de propor emenda ao Orçamento da União, visando a suplementação de recursos para atender aos 57 municípios catarinenses inscritos no Pronaf, com valores iniciais de R\$ 153 mil cada um e que foram prejudicados devido a cortes orçamentários.

Proposições

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário da Saúde solicitando o fornecimento de equipamento odontológico para atender aos trabalhadores rurais de Passos Maia.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Presidente da Celesc pedindo a permanência do escritório da empresa e seus funcionários no município de Aurora..

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao Superintendente da Telesc pedindo a instalação de um telefone público no Mercado Gravataí, em Jaguaruna.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao Secretário dos Transportes e Obras solicita a celebração de convênios de cooperação financeiro para diversas obras em Ituporanga.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao Governador do Estado solicitando a estadualização e a pavimentação asfáltica da SC-493, no trecho Tunápolis e São João do Oeste.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) ao Governador sugerindo para que se conceda a medalha Anita Garibaldi a Orestes Golanovski, recordista mundial em número de doações de sangue.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao Governador e ao Secretário dos Transportes pedindo a construção de ponte sobre o rio Irani em Além da Boa Esperança, Fachinal dos Guedes.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao Presidente do Tribunal de Justiça solicitando a implantação da Casa da Cidadania no município de Três Barras.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao Presidente do Funcitec indagando sobre o número de projetos aprovados no atual governo, qual a instituição e o nome dos pesquisadores beneficiados entre outras informações.

Deputado Clésio Salvaro (PFL) aos Presidentes da Celesc e Casan solicitando que a prefeitura de Lauro Müller seja subordinada as duas empresas através do escritório de Criciúma.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à bancada catarinense no Congresso pede a implantação da concessão do passe livre interestadual aos deficientes físicos, mentais, auditivos e visuais.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado solicitando a cessão de uma viatura para o destacamento da PM sediado em Salete.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao Governador solicita informações a respeito do número de pessoas que recebem do Estado pensão especial, quais os valores e quando aconteceu o último reajuste.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao Governador e ao Secretário da Saúde solicitando a celebração de convênio para viabilizar a construção de um novo terminal rodoviário em Ituporanga.

Deputado Cesar Souza (PFL) ao Secretário da Saúde solicitando a implantação de um setor oftalmológico no Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao Ministro dos Transportes, ao Chefe do 16º DNER/SC e ao Secretário dos Transportes solicitando recapeamento asfáltico e melhoria da sinalização da rodovia que liga Canoinhas a Porto União.

Deputado Júlio Garcia (PFL) ao Governador solicitando a pavimentação asfáltica, construção de acostamento e iluminação na rodovia SC-407, ligação da BR-101 a São Pedro de Alcântara.

Deputado Altair Guidi (PPB) ao Governador e ao Secretário dos Transportes requerendo a construção de terceira pista na SC-445, que liga Criciúma a Siderópolis.

Deputado José Paulo Serafim (PT) ao Presidente da Casan, pleiteia a instalação da estrutura necessária para o fornecimento de água tratada na localidade de Ponta da Laranjeira, em Laguna.

GERAL

Zilda Arns recebe homenagem

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Por proposição do deputado Francisco de Assis (PT), a Assembléia realizou nessa segunda-feira (13), em sessão solene a entrega de uma placa comemorativa à catarinense Zilda Arns Neumann. Pediatra e sanitarista, foi a fundadora e coordena até hoje a Pastoral da Criança no Brasil. Seu trabalho é tão surpreendente que, em janeiro último, ela se tornou a primeira candidata brasileira ao Nobel da Paz, concorrendo com uma centena de inscritos.

Simultaneamente foi lançado no Estado o projeto *Homeopatia Solidária*, que tem por objetivo mobilizar médicos, dentistas e farmácias a adotarem o atendimento de pelo menos uma criança carente, encaminhada pela Pastoral da Criança, gratuitamente, durante um ano.

A entidade coordenada por Zilda foi fundada no Brasil em 1983 com a intenção de reduzir a mortalidade infantil e a desnutrição e hoje está presente em 3.334 municípios brasileiros, atendendo a 1,5 milhão de menores carentes. Com métodos eficientes e baratos a Pastoral atende vigilância nutricional, controle de doenças com remédios caseiros, estímulo à vacinação, à alfabetização, prevenção da violência contra a criança em ambiente familiar e saúde bucal.



Zilda Arns e deputado Assis

Os resultados alcançados são significativos. Enquanto a Unicef registrou em

1999 a mortalidade infantil em 34,6 mortes no primeiro ano de vida, para cada mil nascidos vivos, os índices da Pastoral estavam em apenas 13 óbitos. Os índices de desnutrição foram reduzidos a 6% entre as crianças acompanhadas no Brasil.

Em SC a Pastoral da Criança está implantada em 10 dioceses, envolvendo 194 paróquias em 158 municípios, acompanhando 1.230 comunidades.

“Estamos homenageando a Dra. Zilda porque ela vem mostrando que a solução dos problemas depende da transformação do tecido social e de políticas públicas voltadas para os mais necessitados.

Tarefa que precisa ser compartilhada entre governo, empresários e a sociedade”, destacou Assis.

Instalado o CER/SC

Criado para representar diversas igrejas no Estado, o Conselho de Ética das Entidades Religiosas de Santa Catarina (CER-SC) foi instalado em sessão solene nesta quinta-feira (16), às 14 horas, servindo

como regulamentação da lei de autoria da deputada Odete de Jesus (PL), aprovada na Assembléia em 1999, que trata do acesso dos ministros religiosos a hospitais e presídios no Estado. Na primeira assembléia geral os membros do conselho abriram o debate sobre o ensino religioso nas escolas públicas, pois o CER-SC e outras entidades vão gerenciar junto ao Ministério da Educação e o Congresso Nacional o direito dos teólogos lecionar na rede pública do país.

Odete afirmou que a instalação do conselho é um marco histórico para o Estado. O reverendo Roberto Lucena, da Igreja Brasil para Cristo, frisou que o ensinamento da palavra de Deus ajuda a muitas pessoas desagregadas da sociedade, e protestou contra a mídia por desrespeitar os laços familiares em sua programação.

Também se pronunciaram os presidentes do Conselho Executivo do CER-SC, Vilmar de Abreu, e do Conselho Deliberativo, Ademar de Gois. Durante a cerimônia, Luiz Henrique Saliba, da Secretaria de Saúde, entregou aos representantes de 10 igrejas as carteiras de livre acesso aos hospitais públicos de Santa Catarina.

Agenda

Dia 20, às 08h30min – Audiência pública da Comissão Especial de Ciência, Tecnologia e Inovação

Local: Auditório do Senai - Blumenau

Dia 20, às 10h30min – Audiência pública da CPE sobre Segurança Pública

Local: Fórum de Criciúma

Dia 20, às 14 horas – Audiência Pública sobre construção de penitenciária

Local: Câmara Municipal de Rio do Sul

Dia 20, às 19 horas – Sessão solene, *in memoriam*, em homenagem ao professor David Ferreira Lima

Local: Plenário

Dia 21, às 19h30min – Retratos de Santa Catarina – Catanduvas

Local: Hall da Alesc

Dia 22, às 9 horas - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos para discutir o serviço de radiotáxi

Local: Plenarinho

Dia 22, às 10 horas – A Comissão de Saúde da Assembléia realiza vistoria no Hospital Regional de São José

Dia 23, às 19h30min – Retratos de Santa Catarina – São Joaquim

Local: Hall da Alesc

Dia 24, às 08h30min – Audiência pública da Comissão Especial de Ciência, Tecnologia e Inovação

Local: Câmara Municipal de Joinville